



Ministério Público
do Estado do Rio de Janeiro

CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL

GABARITO

1

INSTRUÇÕES GERAIS

- Você recebeu do fiscal:
 - Um **caderno de questões** contendo 100 (cem) questões objetivas de múltipla escolha;
 - Um **cartão de respostas** personalizado.
- **É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome do cargo e gabarito informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo e gabarito informado em seu cartão de respostas.**
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **caderno de questões** se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a Prova Objetiva. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Este **tempo** inclui a marcação do **cartão de respostas**.
- Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **a**).
- **Não** será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no **cartão de respostas**. (Edital 01/2006 – subitem 9.9 alínea **e**).
- Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** da Prova Objetiva e retirar-se da sala de prova (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **c**).
- Somente será permitido levar seu **caderno de questões** ao final da prova, desde que permaneça em sala até este momento (Edital 01/2006 – Subitem 9.9 alínea **d**).
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado**.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas**. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O **cartão de respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



CRONOGRAMA PREVISTO

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito – Prova Objetiva (PO)	26/03/2007	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra gabarito (RG) da PO	27 e 28/03/2007	www.nce.ufrj.br/concursos Fax: (21) 2598-3300
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os RG da PO e o resultado preliminar das PO	24/04/2007	www.nce.ufrj.br/concursos
Demais atividades consultar Manual do Candidato ou pelo endereço eletrônico www.nce.ufrj.br/concursos		



NÚCLEO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA
Universidade Federal do Rio de Janeiro



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Sustentabilidade, Consumo e Publicidade

Lisa Gunn

Nos últimos cinquenta anos, a população mundial mais do que dobrou, indo de 2,5 bilhões (1950) para 6 bilhões (2000). Durante esse mesmo período, a industrialização permitiu que o consumo aumentasse exponencialmente; como consequência, a poluição e o lixo também aumentaram. Já faz algum tempo que o planeta vem dando sinais de que não pode suportar o nosso modo de vida, e estudos indicam que hoje, mesmo com grande parte da população mundial excluída, já consumimos 20% por ano a mais de recursos naturais renováveis do que o planeta Terra é capaz de regenerar.

Ainda há uma dificuldade em relacionar os problemas ambientais aos nossos hábitos de consumo cotidianos. Quando compramos uma roupa, não pensamos nos agrotóxicos usados na plantação de algodão ou no trabalho escravo encontrado nas fazendas.

Entretanto, se queremos justiça social e preservação da natureza, vamos ter de mudar nossos hábitos de consumo.

Nossa sociedade é chamada de "sociedade de consumo" porque consumir se tornou uma atividade cotidiana que foi além da idéia inicial de satisfazer necessidades para se tornar até uma doença. Consumimos de forma impulsiva, e "ser alguém" passa a estar associado à posse de determinados produtos ou ao uso de determinados serviços.

O consumismo não existiria sem a publicidade, ferramenta fundamental para influenciar padrões de consumo, formar estilos de vida e, conseqüentemente, criar necessidades que, independentemente de serem físicas e biológicas, podem ser psicossociais. A publicidade é a ponte entre a produção e o consumo: demonstra a necessidade de se consumir um produto ou um serviço para que tenhamos certo estilo de vida ou possamos pertencer a determinada "tribo".

Precisamos desenvolver nossa capacidade de avaliar criticamente as peças publicitárias para evitar a manipulação da nossa liberdade de escolha.

As empresas devem compreender que a sustentabilidade – entendida como viabilidade econômica, justiça social e conservação ambiental –, somada à responsabilidade social empresarial, será atributo considerado essencial, e não apenas diferenciador.

In TRIGUEIRO, André. *Mundo Sustentável*.
S. Paulo: 2005, p. 39 (fragmento)

01 - O texto I, em sua linha de argumentação, defende a tese de que:

- (A) a publicidade, ponte entre a produção e o consumo, tem de levar em conta prioritariamente a justiça social;
- (B) o sinal de que o planeta não pode suportar nosso modo de vida é o grande percentual de excluídos;
- (C) o consumo que se dá de forma impulsiva é sintoma do grave desequilíbrio ambiental a que chegou o planeta;
- (D) a sustentabilidade e a responsabilidade social são ambas imprescindíveis às empresas nesse momento;
- (E) as necessidades de consumo de natureza psicossocial atestam a devastação de nosso meio ambiente.

02 - Segundo o texto I:

- (A) a publicidade gera necessidades artificiais;
- (B) o consumo não existiria sem a publicidade;
- (C) o consumo é uma atividade em si destrutiva;
- (D) a publicidade impede a avaliação crítica;
- (E) a sustentabilidade é antagônica à publicidade.

03 - Em diversos momentos do texto, a autora usou a primeira pessoa do plural para:

- (A) assumir a responsabilidade por suas idéias;
- (B) conferir um traço sentimental ao texto;
- (C) equiparar o leitor aos publicitários;
- (D) isentar a si mesma de responsabilidade;
- (E) tornar o leitor também responsável.

04 - A idéia que a palavra "exponencialmente" (l. 5) expressa está mantida em:

- (A) inversamente;
- (B) irreversivelmente;
- (C) intensamente;
- (D) minimamente;
- (E) adequadamente.

05 - O trecho "Durante esse mesmo período, a industrialização permitiu que o consumo aumentasse exponencialmente" (l. 3) contém dois verbos. O primeiro deles está empregado com o valor literal de:

- (A) consentir;
- (B) liberar;
- (C) possibilitar;
- (D) autorizar;
- (E) admitir.



06 - A palavra "entretanto", que inicia o 3º parágrafo, foi empregada para introduzir:

- (A) a exemplificação de uma idéia a partir de um novo argumento;
- (B) a contraposição a ser estabelecida entre uma solução e um problema;
- (C) o reforço de uma opinião polêmica anteriormente defendida;
- (D) a confirmação de uma idéia sugerida no parágrafo anterior;
- (E) a negação de uma tese contrária à que está sendo defendida.

07 - O primeiro parágrafo emprega por duas vezes a palavra "já". Seus valores morfológicos são idênticos, mas semanticamente se distinguem. A frase abaixo em que a palavra "já" está empregada com um terceiro valor semântico é:

- (A) A sociedade já teve atitudes mais firmes;
- (B) Se houver apagão, já sabemos o motivo;
- (C) Os estudos já estão publicados na imprensa;
- (D) Todos já começam a se preocupar com o futuro;
- (E) Faz já décadas que a poluição é grande.

08 - Na expressão "O consumismo não existiria sem a publicidade" (l. 27), o sintagma "sem a publicidade" relaciona-se com o verbo "existir" atribuindo-lhe um argumento:

- (A) concessivo;
- (B) condicional;
- (C) consecutivo;
- (D) explicativo;
- (E) temporal.

09 - A passagem "Precisamos desenvolver nossa capacidade de avaliar criticamente as peças publicitárias" (l. 36) emprega a preposição DE segundo os padrões prestigiados da língua. O mesmo poderia ser dito se a autora tivesse empregado as proposições:

- (A) a & em;
- (B) a & por;
- (C) com & por;
- (D) com & para;
- (E) em & para.

10 - Há uma correlação nos tempos verbais da frase "Entretanto, se queremos justiça social e preservação da natureza, vamos ter de mudar nossos hábitos de consumo" (l. 17). O verbo da oração entre vírgulas está no presente do indicativo, mas poderia ser colocado no futuro do subjuntivo. Caso isso fosse feito, uma das possibilidades de completar coerentemente a correlação seria:

- (A) ...vamos ter de mudar nossos hábitos de consumo;
- (B) ...teremos de mudarmos nossos hábitos de consumo;
- (C) ...mudaremos nossos hábitos de consumo;
- (D) ...ir-nos-emos mudar os hábitos de consumo;
- (E) ...mudar-nos-emos os hábitos de consumo.

11 - "Nossa sociedade é chamada 'sociedade de consumo' porque consumir se tornou uma atividade cotidiana" (l. 20). Assinale a opção que NÃO mantém na segunda oração a idéia causal:

- (A) ...conquanto consumir se tornou uma atividade cotidiana;
- (B) ...porquanto consumir se tornou uma atividade cotidiana;
- (C) ...visto que consumir se tornou uma atividade cotidiana;
- (D) ...uma vez que consumir se tornou uma atividade cotidiana;
- (E) ...que consumir se tornou uma atividade cotidiana.

12 - O emprego da palavra SE, em "a necessidade de se consumir um produto." (l. 33), é o mesmo que se encontra em:

- (A) Não se destrói assim uma vida;
- (B) Ninguém sabe se ele viajará;
- (C) Os dois se encararam com espanto;
- (D) Aos poucos se esqueceu das dores;
- (E) Nada poderemos fazer se faltares.

13 - A autora utiliza a palavra "tribo" (l. 35), valendo-se de um recurso de linguagem também presente em:

- (A) Chorei porque estava com raiva;
- (B) Ele está perdidamente apaixonado;
- (C) Machuqueei o céu da boca;
- (D) Elas falam pelos cotovelos;
- (E) Deixamos nossos trastes no hotel.



14 - As palavras "também" (l. 6), "excluída" (l. 9) e "renováveis" (l. 11), respectivamente, recebem acento pelo mesmo motivo que:

- (A) éden – período – ministério;
- (B) convêm – conteúdo – anéis;
- (C) talismãs – lusíada – petróleo;
- (D) freguês – açai – jóquei;
- (E) parabéns – balaústre – deixá-las.

15 - Assim como está adequado o emprego de À antes de "responsabilidade" (l. 42), também está correto o uso do acento de crase em:

- (A) Solicitei à V.S^a a observância deste dispositivo;
- (B) Fomos chamados à prestigiar a solenidade à toa;
- (C) Para evitar à fraude, assinarei as carteiras à mão;
- (D) Compram comida à quilo e querem comer à jato;
- (E) À uma hora, assistiremos à chegada do novo chefe.

TEXTO II

Jovens Endividados

Vítimas do consumismo e do crédito fácil, eles gastam mais do que ganham e devem mais do que podem pagar. A conta sobra para os pais.

Camilo Vanuchi e Milton Gamez

A casa dos Vieira, no bairro paulistano Alto de Pinheiros, está sempre cheia. Aos 67 anos, o empresário José Vieira ainda divide o sofá da sala e a conta bancária com seus três filhos homens, todos com mais de 25 anos.

5 Dono de uma fábrica de peças de plástico, ele já se conformou com a idéia de viver para sempre com os rapazes. E, quem sabe, com as futuras noras e netos. "Se eles se casarem e vierem para cá com os filhos, serão bem-vindos", diz seu José.

10 Dos três irmãos, dois fazem parte de um grupo cada vez mais comum na família brasileira contemporânea. São os jovens endividados. Além de adiar a saída de casa, mesmo depois de terminar a faculdade e arrumar trabalho, esses moços e moças não conseguem ajudar nas

15 despesas de casa, nem tampouco pagar as próprias contas. Pior: acumulam dívidas. Muitos estão simplesmente falidos e entram na lista negra das entidades de proteção ao crédito. A fatia dos jovens no universo dos inadimplentes cresce de forma assustadora: 10% deles

20 têm até 20 anos e 39% têm idade entre 21 e 30 anos (sim, os balzaquianos também são considerados jovens nos dias de hoje). Juntos, os consumidores até 30 anos foram responsáveis por 49% dos calotes dados em 2006 junto a bancos, administradoras de cartão de crédito e

25 financeiras. Em 2005 somaram 44%. Os dados foram divulgados pela Telecheque. "Os jovens tiveram acesso ao crédito fácil demais nos últimos dois anos. Ficaram deslumbrados e perderam o controle", diz Antônio Praxedes, vice-presidente da Telecheque.

Revista Isto É, 24/01/2007, p. 64-5 (fragmento)



16 - Segundo o texto, a causa do endividamento dos jovens é:

- (A) a atitude acolhedora dos pais que os mantêm no conforto do lar;
- (B) a estrutura da família contemporânea que gasta mais do que ganha;
- (C) as restrições impostas pelos bancos para eles quitarem as dívidas;
- (D) a necessidade de ajudar nas despesas da casa ao término da faculdade;
- (E) a facilidade de obtenção de crédito junto às instituições financeiras.

17 - Em sua estrutura discursiva, o texto II:

- (A) analisa primeiro a situação geral para num segundo momento expor casos particulares;
- (B) apresenta opiniões que se contrapõem e as sustenta com exemplos e relatos;
- (C) começa sua argumentação apontando as causas do problema para posteriormente dar soluções;
- (D) narra exemplos da situação em foco para em seguida formular uma hipótese;
- (E) justifica com dados numéricos um questionamento feito na introdução.

18 - "Muitos estão simplesmente falidos" (l. 16). O indefinido empregado nesse trecho serve para retomar o termo:

- (A) consumidores;
- (B) balzaquianos;
- (C) moços e moças;
- (D) três irmãos;
- (E) bancos e financeiras.

19 - "Os jovens ficaram deslumbrados e perderam o controle", diz José Antônio Praxedes.

A frase acima exemplifica o uso do discurso direto. Transpondo-a para o discurso indireto e evitando-se o emprego do verbo "dizer", uma das possibilidades de reescritura, segundo a língua padrão, é:

- (A) José Antônio Praxedes afirma de que os jovens ficaram deslumbrados e perderam o controle;
- (B) José Antônio Praxedes resume: os jovens ficaram deslumbrados e perderam o controle;
- (C) É que os jovens ficaram deslumbrados e perderam o controle – define José Antônio Praxedes;
- (D) Opina José Antônio Praxedes que os jovens ficaram deslumbrados e perderam o controle;
- (E) José Antônio Praxedes fala em jovens que ficaram deslumbrados e perderam o controle.

20 - Ao falar sobre o assunto, Praxedes utiliza o conectivo E para ligar os segmentos "ficaram deslumbrados" e "perderam o controle" (l. 27). Há duas relações entre esses dois segmentos: uma de adição, e outra de:

- (A) comparação;
- (B) oposição;
- (C) proporcionalidade;
- (D) causalidade;
- (E) finalidade.

21 - O primeiro sintagma do texto é "A casa dos Vieira", expressão que está sinonimizada de acordo com os padrões da linguagem culta em todas as alternativas abaixo, EXCETO:

- (A) A residência dos Vieira;
- (B) O domicílio dos Vieiras;
- (C) A habitação da família Vieira;
- (D) A morada dos Vieira;
- (E) O reconditório do clã Vieira.



22 - Ao empregarem o advérbio SIM no trecho colocado entre parênteses (l. 20), os autores pretendem:

- (A) reiterar uma informação presente anteriormente no texto;
- (B) justificar uma informação aparentemente fora do senso comum;
- (C) antecipar uma resposta a uma dúvida típica dos jovens;
- (D) propor uma pausa para reflexão sobre o assunto discutido;
- (E) dar ênfase a uma idéia que fundamenta a argumentação do texto.

23 - Nesse mesmo trecho, a inversão da ordem das palavras poderia modificar seu conteúdo. É o que ocorre em:

- (A) Os balzaquianos também são considerados jovens nos dias de hoje, sim;
- (B) Sim, nos dias de hoje, os balzaquianos são considerados jovens também;
- (C) Nos dias de hoje, os balzaquianos também são considerados jovens, sim;
- (D) Também são considerados jovens, nos dias de hoje, os balzaquianos, sim;
- (E) Sim, também nos dias de hoje os balzaquianos são considerados jovens.

24 - O texto fornece informações sobre o empresário José Vieira. A estrutura sintática que reúne algumas delas numa única frase está adequada aos padrões formais da língua, EXCETO em:

- (A) O empresário, que divide o sofá da sala com seus três filhos, tem 67 anos;
- (B) Os filhos, cuja conta bancária é conjunta com o pai, moram com ele no Alto de Pinheiros;
- (C) São três os filhos de Vieira, a quem ele se diz conformado em viver;
- (D) Morar para sempre com os filhos é uma idéia por que o empresário não sente rejeição;
- (E) A fábrica cujo dono tem 67 anos e se chama José Vieira vende peças de plástico.

25 - "Os jovens tiveram acesso ao crédito fácil demais nos últimos dois anos" (l. 26). Sobre o trecho transcrito, é correto afirmar que o sintagma "fácil demais":

- (A) se relaciona com o substantivo "crédito", mas gera ambigüidade por também poder se relacionar com o substantivo "acesso";
- (B) se relaciona com o substantivo "acesso", mas seu posicionamento gera ambigüidade por também poder se relacionar com o substantivo "crédito";
- (C) se relaciona com o substantivo "crédito", mas seu posicionamento gera polissemia por também poder se relacionar com o substantivo "acesso";
- (D) se relaciona com o substantivo "acesso", mas seu posicionamento gera polissemia por também poder se relacionar com o substantivo "crédito";
- (E) se relaciona igualmente com os substantivos "crédito" e "acesso", sem que seu posicionamento gere ambigüidade ou polissemia.

26 - "Além de adiar a saída de casa, mesmo depois de terminar a faculdade e arrumar trabalho, esses moços e moças não conseguem ajudar nas despesas da casa, nem tampouco pagar as próprias contas" (l. 12).

Os verbos transitivos desse trecho estão seguidos de complementos, que podem ser substituídos por pronomes oblíquos. A única substituição que se enquadra no padrão prestigiado de linguagem é:

- (A) além de adiar a saída de casa = adiar-lhes;
- (B) depois de terminar a faculdade = terminar-la;
- (C) e arrumar trabalho = arrumá-lo;
- (D) ajudar nas despesas = ajudar-lhes;
- (E) pagar as próprias contas = pagar-lhes.

27 - Os verbos da frase "Se eles se casarem e vierem para cá com os filhos, serão bem-vindos" (l. 7) estão no futuro simples. Uma das opções abaixo transpõe corretamente os três verbos para suas formas compostas equivalentes. Assinale-a:

- (A) tiverem casado – houverem vindo – terão sido;
- (B) tivessem casado – houvessem vindo – hão sido;
- (C) houverem casado – tiverem vindo – serão tidos;
- (D) estiverem casados – forem vindo – ficarão sendo;
- (E) houvessem casado – tivessem vindo – teriam sido.



28 - "Dos três irmãos, dois fazem parte de um grupo cada vez mais comum na família brasileira contemporânea" (l. 10).

Assinale a única opção em que a palavra "mais" está empregada com o mesmo valor gramatical da frase acima:

- (A) Eu espero por você o tempo que for; nós vamos estar juntos mais uma vez;
- (B) Não tenho mais dinheiro, atraso o aluguel, não compro alimento;
- (C) Estou tão cansado, mas não pra dizer que não acredito mais em você;
- (D) Espero que aquela jura não tenha ido para mais ninguém;
- (E) E quando o inverno tristonho chegar mais amor eu vou ter pra lhe dar.

29 - Em "entram na lista negra das entidades de proteção **ao crédito**" (l. 17), o sintagma em negrito tem a mesma função sintática que o termo destacado em:

- (A) "... José Vieira ainda divide o sofá **da sala...**" (l. 3);
- (B) "Além de adiar a saída **de casa.**" (l. 12);
- (C) "...entram na lista negra **das entidades...**" (l. 17);
- (D) "...universo **dos inadimplentes** cresce..." (l. 18);
- (E) "...Antônio Praxedes, vice-presidente **da Telecheque.**" (l. 29).

30 - O adjetivo que os autores utilizam no título é uma das palavras que costumeiramente geram dúvidas ortográficas. Nos casos abaixo, a grafia de ambas as palavras só está correta em:

- (A) mantegueira / aterrissagem;
- (B) cataclismo / adivinhar;
- (C) mortadela / meretíssimo;
- (D) entitulado / embutido;
- (E) prostração / beneficiante.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Considere que as questões a seguir referem-se a um computador com uma instalação padrão do sistema operacional Microsoft Windows XP Professional e uma instalação completa do Microsoft Office 2003.

31 - Considere o arquivo de nome ARQ.DOC que está na raiz do drive C:, e considere que o drive C: não está compartilhado. Uma forma de permitir que outros usuários de sua empresa tenham acesso somente para leitura a este arquivo (c:\arq.doc) através da rede é:

- (A) apenas dar permissão de acesso "Leitura" ("read only") para "Todos" ("everyone") neste arquivo, pois nesse caso não é necessário que o arquivo esteja compartilhado;
- (B) dar permissão de acesso "Controle Total" ("full control") para "Todos" ("everyone") neste arquivo e compartilhar o drive C: somente com opção de "Leitura" ("read only"), pois nesse caso o acesso pela rede será só de leitura;
- (C) dar permissão de acesso "Controle Total" ("full control") para "Todos" ("everyone") neste arquivo e compartilhar o drive C: com opção "Controle Total" ("full control"), pois o acesso pela rede será sempre de leitura somente;
- (D) obrigatoriamente copiá-lo para outro drive, pois no drive C:\ não é possível liberar o acesso de nenhuma forma, para nenhum arquivo;
- (E) remover todas as permissões de acesso ao arquivo e então fazer somente o compartilhamento "Controle Total" ("full control").



32 - Considere as afirmativas abaixo relacionando possíveis modos de executar o programa NOTEPAD.EXE, que faz parte do Microsoft Windows XP:

- I. Entrar no menu “Iniciar”, clicar em “Executar”, digitar “notepad.exe”, clicar “OK”;
- II. Abrir o Windows Microsoft Internet Explorer, digitar no campo de endereço “http://notepad.exe”, teclar “enter”;
- III. Clicar em espaço vazio do desktop com o botão direito do mouse, clicar em “Novo”, clicar em “Pasta”.

A(s) afirmativa(s) correta(s) é/são somente:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

33 - Ao surgir a dúvida de que um programa não desejado está executando em um computador, pode-se lançar mão de um programa utilitário para ver a lista de todos os processos que estão sendo executados. Esse programa utilitário padrão que acompanha o Windows XP é o:

- (A) Windows Explorer (explorer.exe);
- (B) Gerenciador de usuários (user.exe);
- (C) Programas em Memória (pmem.exe);
- (D) Remote Desktop Connection (mstsc.exe);
- (E) Gerenciador de Tarefas (taskmgr.exe).

34 - Considere a seguinte seqüência de comandos aplicados a um arquivo: abrir a pasta (folder) que contém o arquivo em questão, selecionar o arquivo, teclar Control-C (as teclas control e C simultaneamente), abrir outra pasta, teclar Control-V (as teclas control e V simultaneamente). Ocorrerá que o arquivo:

- (A) será aberto para visualização de seu conteúdo;
- (B) será removido do computador;
- (C) será removido da pasta em que estava e será copiado para a segunda pasta aberta, passando a fazer parte apenas desta segunda pasta;
- (D) será copiado da pasta em que estava para a segunda pasta aberta, passando a fazer parte das duas pastas;
- (E) terá sua extensão modificada para “.cpy”.

35 - Um documento criado no Microsoft Word 2003 pode ter suas páginas numeradas através do uso de cabeçalhos e rodapés. Um dos métodos para que essa numeração não apareça na primeira página (capa) de um documento que não utiliza seções, a partir de um comando do Word, é:

- (A) entrar no menu “Configurar página” (“Page Setup”) e nas opções de cabeçalhos e rodapés selecionar a opção “Diferente na primeira página” (“Different first page”) e criar cabeçalhos e rodapés customizados para a capa;
- (B) entrar no menu “Opções” (“Options”) e selecionar a opção “Usar cabeçalhos e rodapés inteligentes” (“Use smart headers and footers”) para que automaticamente os cabeçalhos e rodapés fiquem invisíveis na primeira página;
- (C) não é possível fazer isso a partir de um comando do Word, somente criando dois arquivos, um para a capa e outro para o resto do texto;
- (D) selecionar somente os cabeçalhos e rodapés da primeira página e marcar o atributo “Não mostrar cabeçalhos e rodapés” (“Hide headers and footers”);
- (E) selecionar todo o texto da primeira página, entrar no menu “Parágrafo” (“Paragraph”) e escolher a opção “Esconder rodapé” (“Hide Footer”).

36 - Uma das formas de converter uma planilha do Microsoft Excel 2003 para o formato “html”, usando o próprio Excel 2003, é:

- (A) entrar em “ferramentas”, escolher a opção “gerar como página web”, selecionar o servidor web destino e salvar;
- (B) entrar em “formato”, escolher a opção “auto formatar”, selecionar “formato web” e salvar;
- (C) entrar em “Inserir”, escolher “formato web” e salvar;
- (D) abrir o documento no Excel 2003 e escolher a opção “salvar como”, optando pelo tipo “htm” ou “html”;
- (E) não é possível realizar essa operação usando o Excel 2003, somente através de outros produtos.



37 - No Microsoft Excel 2003, um modo de imprimir apenas uma parte de uma planilha é:

- (A) entrar em “Editar”, escolher “Área de impressão”, escolher “selecionar células”;
- (B) entrar em “Exibir”, escolher “Visualizar área de impressão” e definir a faixa de linhas e colunas;
- (C) entrar em “Janela”, escolher “Criar janela de impressão” e selecionar as linhas e colunas desejadas;
- (D) selecionar o grupo de linhas e colunas que se deseja imprimir, entrar em “Arquivo”, entrar em “Área de impressão”, e escolher “Definir área de impressão”;
- (E) não é possível definir isso dentro do Excel, ou seja, uma planilha deve ser sempre impressa completa.

38 - Considere um computador instalado com Microsoft Windows XP e Microsoft Internet Explorer 6.0. Dois usuários, JOAO e JOSE usam esse computador, cada um com seu próprio username, tendo cada um seu perfil de usuário (profile). Com relação aos endereços favoritos salvos, pode-se afirmar que:

- (A) a característica de salvar endereços favoritos não está ainda disponível no Internet Explorer 6.0, somente no Firefox e no Internet Explorer 7.0;
- (B) ao consultarem a lista de endereços favoritos no Internet Explorer, JOSE e JOAO conseguem ver todos os endereços, não importando se foram salvos por um ou por outro;
- (C) ao salvar os endereços favoritos, cada usuário deve informar se estes serão colocados disponíveis para outro usuário; portanto, os favoritos de JOAO só estarão disponíveis para JOSE caso JOAO assim defina ao salvar o endereço;
- (D) ao verificar os endereços favoritos no Internet Explorer, JOSE vê apenas os endereços salvos por ele e não vê os endereços salvos por JOAO;
- (E) os endereços favoritos não são salvos de uma sessão para outra, ficando disponíveis apenas enquanto o computador não for reinicializado.

39 - Normalmente em uma empresa é comum que uma mensagem eletrônica seja enviada para um grupo de destinatários de forma que um não possa ver quais os outros que receberam a mensagem. Utilizando o Microsoft Outlook Express 6, pode-se realizar essa operação:

- (A) adicionando esse grupo de usuários ao campo “Cc:” da mensagem;
- (B) adicionando esse grupo de usuários ao campo “Cco:” da mensagem;
- (C) adicionando esse grupo de usuários ao campo “Para:” da mensagem;
- (D) incluindo esses usuários em um grupo local sem privilégios de leitura no disco do servidor e enviando a mensagem para esse grupo;
- (E) essa operação não pode ser realizada no Outlook Express 6, apenas em outras versões do Office.

40 - Ao enviar uma nova mensagem eletrônica usando o Microsoft Outlook Express 6, um dos campos que o usuário deve preencher é o campo “Assunto”. Com relação a esse campo, pode-se afirmar que:

- (A) é sempre de preenchimento obrigatório;
- (B) não é de preenchimento obrigatório caso a mensagem seja enviada para o correio interno da empresa, mas é de preenchimento obrigatório caso seja enviada para um endereço externo;
- (C) não é de preenchimento obrigatório caso a mensagem seja enviada para um endereço externo, mas é de preenchimento obrigatório caso seja enviada para o correio interno da empresa;
- (D) não é de preenchimento obrigatório;
- (E) não está disponível no Microsoft Outlook Express 6.



ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

41 - De acordo com as normas constitucionais, é correto afirmar que o Conselho Nacional do Ministério Público:

- (A) não possui poder regulamentar;
- (B) tem legitimidade para propor ação judicial para demissão de membro vitalício;
- (C) é órgão subordinado diretamente ao Ministério Público da União;
- (D) age apenas por provocação, por tratar-se de órgão excepcional de controle externo do Ministério Público;
- (E) pode aplicar sanções administrativas aos membros do Ministério Público, incluindo a remoção compulsória.

42 - É atribuição do Conselho Superior do Ministério Público:

- (A) apreciar decisão excepcional do Procurador-Geral de Justiça que designa membros para exercerem funções afetas a outro membro do Ministério Público;
- (B) aprovar proposta orçamentária anual do Ministério Público;
- (C) regulamentar e fiscalizar as eleições para Procurador-Geral de Justiça;
- (D) indicar ao Procurador-Geral de Justiça o nome do mais antigo Procurador de Justiça para promoção por antiguidade;
- (E) indicar para aproveitamento membro do Ministério Público em disponibilidade.

43 - Sobre o Procurador-Geral de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) é escolhido diretamente pela classe para mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- (B) poderá ser destituído por deliberação do Governador do Estado, assegurada a ampla defesa;
- (C) poderá ser nomeado para o cargo Promotor de Justiça com mais de dois anos de atividade;
- (D) será substituído, no período de desincompatibilização para disputa da reeleição, pelo membro do Ministério Público escolhido pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- (E) integrará, como membro nato, enquanto durar seu mandato, o Conselho Nacional do Ministério Público.

44 - Compete às Procuradorias de Justiça:

- (A) interpor recursos a Tribunais Superiores;
- (B) participar de julgamentos no Tribunal de Justiça;
- (C) fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução ou a membro do Ministério Público;
- (D) expedir atos de regulamentação interna, dispondo, inclusive, sobre funções gratificadas e de confiança;
- (E) inspecionar permanentemente os serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiem.

45 - Para efeito de concessão de pensão por morte de servidor do Ministério Público, NÃO é considerado dependente:

- (A) filho de 23 anos de idade, estudante universitário;
- (B) companheira;
- (C) neto de 22 anos de idade, desempregado, não matriculado em instituição de ensino, que viva sob sua dependência econômica;
- (D) menor, não emancipado, sob a tutela do segurado, que viva sob sua dependência econômica;
- (E) mãe solteira que esteja sob sua dependência econômica.

46 - Incumbe ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro:

- (A) propor ação de inconstitucionalidade de lei estadual face à Constituição da República;
- (B) promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção da União em Município fluminense;
- (C) sugerir ao Governador a edição de norma regulamentadora que torne viável o exercício de direitos previstos na Constituição Estadual;
- (D) comunicar ao Tribunal de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público, respectivamente, a prática de faltas disciplinares por Magistrado e auxiliar da Justiça;
- (E) promover o mandado de injunção, perante o Superior Tribunal de Justiça, em caso de falta de norma regulamentadora, de competência do Governador, que torne inviável o exercício de direitos previstos na Constituição Estadual.



47 - Se, no curso do exercício do cargo público, o servidor for acometido de problema de saúde que diminua sua capacidade laborativa:

- (A) será necessariamente aposentado por invalidez;
- (B) passará a receber auxílio-acidente;
- (C) poderá ter suas funções e vencimentos reduzidos;
- (D) poderá ser provido em outro cargo com manutenção da remuneração;
- (E) poderá ser posto em disponibilidade.

48 - Um Promotor de Justiça ajuíza ação visando ao fornecimento de medicamento essencial para a vida de adolescente, decidindo o juiz de 1º grau pela ilegitimidade ativa do Ministério Público. O Promotor de Justiça, ao tomar ciência da sentença, deverá:

- (A) encaminhar o processo ao Procurador-Geral de Justiça, para que seja interposto eventual recurso;
- (B) solicitar a um Procurador de Justiça que o caso seja submetido ao Tribunal de Justiça;
- (C) abster-se de qualquer providência, já que não é função do Ministério Público a defesa de direitos individuais;
- (D) submeter diretamente, por meio de recurso, a questão ao Tribunal de Justiça;
- (E) solicitar ao Procurador-Geral de Justiça a designação, por ato específico, para interpor recurso.

49 - Sobre a atuação dos Procuradores de Justiça, pode-se afirmar que:

- (A) suas manifestações devem ser no mesmo sentido do Promotor de Justiça, em razão dos princípios da indivisibilidade e da unidade;
- (B) sua atuação é exclusivamente de órgão interveniente;
- (C) em matéria penal, oficiam sempre pela condenação do réu, em razão da obrigatoriedade da ação penal;
- (D) em virtude de haver outros legitimados para sua propositura, podem officiar livremente nas ações civis públicas, mitigando-se o princípio da obrigatoriedade;
- (E) suas manifestações são livres, desde que fundamentadas, em razão do princípio da independência funcional.

50 - Considerando-se o perfil constitucional do Ministério Público, é correto afirmar que:

- (A) o Procurador de Justiça, caso pratique crime eleitoral no exercício de suas funções eleitorais, será processado pelo Tribunal Regional Eleitoral;
- (B) o Procurador-Geral de Justiça, caso pratique crime contra a Administração Pública, será processado pelo Supremo Tribunal Federal;
- (C) o Promotor de Justiça, caso pratique crime contra a Administração Pública, será processado pelo Tribunal de Justiça;
- (D) o Promotor de Justiça, caso pratique crime de homicídio durante suas férias, será processado pelo Tribunal do Júri da comarca onde ocorreu o crime;
- (E) o Promotor de Justiça, caso pratique crime militar, será processado pela Justiça Militar.

51 - NÃO é função do Ministério Público propor:

- (A) pedido de interdição de pessoa deficiente mental devidamente assistida pela família, mas cujos parentes ainda não propuseram o pedido;
- (B) medida judicial com base em investigação iniciada por mera notícia de jornal;
- (C) pedido de alimentos em favor de menor abrigado;
- (D) pedido de adoção de menor abandonado em orfanato;
- (E) pedido para que uma casa noturna seja interditada em virtude de poluição sonora.

52 - NÃO poderá concorrer à evolução na carreira o servidor do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro que, no ano anterior à evolução:

- (A) houver gozado licença para repouso à gestante pelo prazo de quatro meses;
- (B) tiver sofrido suspensão disciplinar;
- (C) tiver sido condenado criminalmente por decisão judicial transitada em julgado a pena de prestação de serviço à comunidade;
- (D) estiver respondendo em liberdade por crime contra a Administração Pública;
- (E) tiver sofrido pena disciplinar de repreensão.



53 - NÃO é dever do membro do Ministério Público:

- (A) informar ao Procurador-Geral de Justiça os modos para ser encontrado, se estiver de férias;
- (B) encaminhar ao Corregedor-Geral do Ministério Público relatório estatístico periódico;
- (C) vincular-se às recomendações do Procurador-Geral de Justiça para desempenho das funções;
- (D) declarar-se suspeito nos casos previstos em lei;
- (E) identificar-se em suas manifestações no exercício da função.

54 - A forma de provimento derivado, por meio da qual um membro do Ministério Público, após solicitação da Procuradoria de Justiça e indicação do Conselho Superior do Ministério Público e ato do Procurador-Geral de Justiça, passa a exercer funções afetas a outro órgão, nos casos de licença ou de afastamento do titular, é denominada:

- (A) lotação;
- (B) lotação em substituição;
- (C) convocação;
- (D) designação;
- (E) titularidade.

55 - À luz do Decreto estadual 2.479/79, é correto afirmar que:

- (A) servidor não integrante do Quadro Permanente de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nomeado para cargo em comissão de Diretor do Departamento de Licitações e Contratos do Ministério Público, tem direito a licença para acompanhar o cônjuge designado para ser servidor da União em outro Estado da Federação;
- (B) servidor integrante do Quadro Permanente de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, esposo de vendedora autônoma de roupas, durante licença para tratamento de doença que acometeu sua esposa, pode auxiliar nas vendas dos produtos comercializados por ela;
- (C) servidor que tenha sofrido pena de advertência no quinquênio correspondente não tem direito a licença-prêmio;
- (D) a licença-prêmio deve ser exercida no período de 5 anos após ter sido completado o período aquisitivo, sob pena de perda do direito;
- (E) a licença para acompanhar o cônjuge designado para ser servidor da União em outro Estado da Federação pode ser superior a 24 meses, mas, neste caso, acarretará a perda do direito à licença-prêmio no quinquênio correspondente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TSPRI

56 - A maioria das funções administrativas é desempenhada por servidores públicos, os quais, nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho, “são todos os agentes que, exercendo com caráter de permanência uma função pública em decorrência de relação de trabalho, integram o quadro funcional das pessoas federativas, das autarquias e das fundações públicas de natureza autárquica”. Nesses termos, analise as afirmativas a seguir:

- I - Somente serão estáveis após 2 (dois) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- II - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- III - O servidor público estável só perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- IV - O servidor público estável só perderá o cargo mediante processo de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

As afirmativas corretas são somente:

- (A) I, II e III;
- (B) I, II e IV;
- (C) I, III e IV;
- (D) II, III e IV;
- (E) I, II, III e IV.



57 - Nos termos da norma legal que disciplina o mandado de segurança, analise as afirmativas a seguir.

O mandado de segurança cabe quando se trata de:

- I - proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus*, sempre que, ilegalmente ou com abuso do poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade;
- II - ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução;
- III - despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correção;
- IV - ato disciplinar, salvo quando praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial;
- V - hipóteses de exercício pleno do poder de polícia pela Administração Pública.

A(s) afirmativa(s) correta(s) é/são somente:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) I e II;
- (D) II, III e IV;
- (E) I, II, III, IV e V.

58 - A Lei nº 8.429/92 apresenta distintas classes de atos de improbidade administrativa. São elas:

- (A) atos de improbidade administrativa dos quais decorre enriquecimento ilícito; atos de improbidade administrativa que atentem contra a hierarquia e a disciplina administrativa; e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública;
- (B) atos de improbidade administrativa dos quais decorre enriquecimento ilícito; atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário; e atos de improbidade administrativa que atentam contra o poder de polícia;
- (C) atos de improbidade administrativa dos quais decorre enriquecimento sem causa; atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao administrado; e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios gerais de Direito;
- (D) atos de improbidade administrativa dos quais decorre enriquecimento ilícito; atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário; e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública;
- (E) atos de improbidade administrativa dos quais decorre enriquecimento sem causa; atos de improbidade administrativa que atentam contra a hierarquia e a disciplina administrativa; e atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios gerais de Direito.

59 - As modalidades licitatórias previstas na lei de licitações e contratos administrativos, em diversas situações, não lograram dar a celeridade necessária à atividade administrativa. Nesse sentido, surgiu o pregão, a nova modalidade de licitação:

- (A) prevista na Lei nº 8666/93, que visa dar celeridade à atividade administrativa destinada ao processo de escolha de futuros contratantes;
- (B) de escolha discricionária, aplicada subsidiariamente às modalidades constantes do rol da Lei nº 8666/93;
- (C) de atuação vinculada, aplicada subsidiariamente às modalidades constantes do rol da Lei nº 8666/93;
- (D) prevista na Lei nº 8666/93, destinada à aquisição de bens e à contratação de serviços comuns;
- (E) prevista na Lei nº 8666/93, que pode ser utilizada por meio eletrônico, nas licitações de registro de preços destinadas à contratação de bens e serviços comuns.



60 - Quando o agente público, no exercício de seus direitos e prerrogativas, procura emitir novo ato administrativo em contradição manifesta com o sentido objetivo dos seus atos anteriores, ferindo o dever de coerência para com o outro sujeito da relação sem apresentar justificacão razoável, deve ser aplicado o princípio:

- (A) da boa-fé objetiva;
- (B) da segurana jurídica;
- (C) do *venire contra factum proprium*;
- (D) da legítima expectativa;
- (E) da presunção de validade dos atos do Poder Público.

61 - A estrutura que define a repartição de competências constitucionais entre os entes federativos opera-se com fundamento no *princípio da predominância do interesse*. Nesse sentido, a Constituição Federal enumera os serviços públicos a serem prestados pelo ente federado, por si ou por terceiros, nos termos do art. 175 da Constituição Federal. Acerca da competência dos entes federados, é correto afirmar que:

- (A) aos Estados compete a prestação dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado;
- (B) à União Federal compete, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
- (C) aos Municípios compete a prestação dos serviços de interesse local, entre eles os serviços de energia elétrica;
- (D) aos Estados cabe a prestação dos serviços que não tenha sido atribuída à União, desde que seja estritamente de interesse local;
- (E) aos Municípios compete a prestação dos serviços de interesse regional e metropolitano.

62 - Em termos de concessão de serviços públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I - Pode ser realizada com dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- II - É a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos.
- III - É a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência.
- IV - Nos termos da normativa de regência, não é admitida a subconcessão de serviços públicos.
- V - A transferência do controle societário da concessionária independe de aprovação do poder concedente.

As afirmativas corretas são somente:

- (A) I e III;
- (B) I, II e III;
- (C) II, III e IV;
- (D) IV e V;
- (E) I, II, III, IV e V.

63 - Considerando a teoria da Constituição (conceitos, classificações e supremacia), é INCORRETO afirmar que:

- (A) o sistema das constituições rígidas assenta numa distinção primacial entre poder constituinte e poderes constituídos, disso resultando a superioridade e intangibilidade da obra do poder constituinte pelos atos dos poderes constituídos;
- (B) a hierarquia jurídica se estende da norma constitucional às normas inferiores (leis, decretos, regulamentos), tendo como consequência o reconhecimento da superlegalidade constitucional;
- (C) o órgão legislativo, ao derivar da Constituição sua competência, não pode obviamente introduzir no sistema jurídico leis contrárias às disposições constitucionais;
- (D) as leis que contrariam a supremacia constitucional se reputam sem validade, inconsistentes com a ordem jurídica estabelecida;
- (E) a Constituição deve ser entendida como a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estruturação do Estado, à formação dos poderes públicos, forma de governo e aquisição do poder de governar, distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos.



64 - Acerca da teoria da Constituição (conceitos, classificação e supremacia), é INCORRETO afirmar que:

- (A) o controle de constitucionalidade é uma consequência da rigidez constitucional;
- (B) as constituições populares ou democráticas são aquelas que exprimem em toda a extensão o princípio da vontade soberana do povo;
- (C) o sistema de constituição consuetudinária é refratário ao conceito de rigidez constitucional, o qual estabelece a superioridade das normas constitucionais;
- (D) as constituições se fizeram volumosas e inchadas em consequência, entre várias causas, do sentimento de que a rigidez constitucional é anteparo ao exercício discricionário da autoridade;
- (E) a constituição material consiste no conjunto de regras materialmente constitucionais, estejam ou não codificadas em um único documento.

Leia atentamente e responda às questões de **65** a **67**.

O Promotor de Justiça Criminal da Comarca de Campos requisitou instauração de inquérito policial tendente à apuração de crime de desobediência, em tese praticado por Gilmar, diretor da penitenciária estadual de Campos, em virtude de alegado descumprimento de ordem judicial de interdição da penitenciária sob sua direção. Inconformado, Gilmar impetra medida judicial objetivando controlar a legalidade da instauração do inquérito.

65 - A medida judicial e o órgão jurisdicional competente para processamento e julgamento da pretensão de Gilmar são:

- (A) mandado de segurança / Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- (B) mandado de segurança / Juízo criminal de Campos;
- (C) *habeas corpus* / Juízo criminal federal de Campos;
- (D) *habeas corpus* / Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- (E) recurso especial / Supremo Tribunal Federal.

66 - Julgada procedente a medida judicial de Gilmar, o Ministério Público, inconformado com as questões de direito debatidas, impugnou a decisão proferida, sustentando ter esta contrariado o Código de Processo Penal. A medida judicial empregada pelo MP e o órgão jurisdicional competente para seu processamento e julgamento foram:

- (A) recurso especial / Superior Tribunal de Justiça;
- (B) recurso extraordinário / Supremo Tribunal Federal;
- (C) apelação / Juízo criminal de Campos;
- (D) apelação criminal / Tribunal Regional Federal;
- (E) arguição de descumprimento de preceito fundamental / Supremo Tribunal Federal.

67 - O órgão de execução do Ministério Público dotado de atribuição para adoção da medida referida na questão anterior é:

- (A) Procurador-Geral de Justiça;
- (B) Procurador Regional da República que oficiou na medida judicial proposta por Gilmar;
- (C) Procurador de Justiça que oficiou na medida judicial proposta por Gilmar;
- (D) Promotor de Justiça que requisitou a instauração do inquérito policial;
- (E) Procurador da República que oficiou na medida judicial proposta por Gilmar.

68 - Carmem Lúcia, servidora da Promotoria de Justiça de Rio das Flores, controla diariamente o recebimento de autos de processos com vista aberta ao MP. Indique a alternativa que apresente hipóteses de medidas judiciais, regularmente propostas, cujos autos de processos em tramitação na Comarca possam ser recebidos por Carmem no gabinete da Promotoria para manifestação do *Parquet*:

- (A) ação civil pública com declaração incidental de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Federal e ação penal privada;
- (B) ação direta de inconstitucionalidade de lei federal e mandado de segurança contra o Município de Rio das Flores;
- (C) representação de inconstitucionalidade de lei municipal em face da constituição federal e ação sócio-educativa em face de adolescente infrator;
- (D) *habeas corpus* contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Rio das Flores e ação de alimentos em favor de criança;
- (E) ação de responsabilidade civil contra o Município proposta por autor incapaz e ação de descumprimento de preceito fundamental da constituição do estado.



69 - Acerca do controle de constitucionalidade, é correto afirmar que:

- (A) não cabe o deferimento de pedido de medida cautelar em Ação Declaratória de Constitucionalidade, tendo em vista a vedação imposta pelo princípio do juiz natural, o qual veda a interferência do STF na competência do juízo de primeira instância;
- (B) não cabe o deferimento pelo STF de pedido de medida cautelar em Ação Declaratória de Constitucionalidade, porque tal decisão implicaria paralisação do curso dos processos do sistema de controle difuso da constitucionalidade;
- (C) cabe o deferimento pelo STF de pedido de medida cautelar apenas em Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por Omissão, eis que compete ao STF garantir a auto-aplicabilidade e efetividade da constituição;
- (D) cabe o deferimento pelo STF de pedido de medida cautelar em Ação Declaratória de Constitucionalidade, determinando aos juízes e tribunais que suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo;
- (E) cabe o deferimento pelo STF de pedido de medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo de quaisquer dos três entes da federação, eis que o STF é o guardião último da constitucionalidade no sistema brasileiro.

70 - Acerca da declaração de inconstitucionalidade por omissão, pode-se afirmar que:

- (A) em se tratando de omissão legislativa, será dada ciência ao poder competente, com fixação de prazo não inferior a trinta dias, sob pena de violação do princípio da separação de poderes;
- (B) em se tratando de omissão administrativa, sem caracterização de lacuna legislativa, suprirá o Supremo Tribunal Federal a omissão, em observância ao princípio da legalidade;
- (C) em se tratando de omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao poder competente para adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias;
- (D) em se tratando de omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional assecuratória de direito fundamental, será dada ciência ao poder competente para adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias;
- (E) tanto nas hipóteses de omissão legislativa como nos casos de omissão administrativa, será suprida a omissão através da ação de descumprimento de preceito fundamental.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TSPR2

71 - Em grave acidente aéreo, Túlio, funcionário público sem qualquer bem em vida, desapareceu nos escombros, sendo que, mesmo após muitas buscas, seu corpo não foi encontrado, tendo ele sido por todas as autoridades e familiares tido como morto. Bia, sua filha menor, desejando pensão pela morte de pai, deverá requerer ao juiz:

- (A) a declaração de ausência do pai;
- (B) o reconhecimento da comoriência do pai;
- (C) a declaração de morte presumida do pai;
- (D) o reconhecimento da comutação do pai;
- (E) a declaração de vacância do pai.

72 - No que diz respeito aos elementos acidentais do negócio jurídico, a fixação de um destes elementos no caso de morte de um animal no decorrer da vida deste e uma outra cláusula, como a morte de um animal dentro do ano de 2007, ambos, como meios hábeis a dar eficácia a um negócio jurídico, constituem exemplos, respectivamente, de:

- (A) termo indeterminado e condição;
- (B) condição e condição;
- (C) encargo e condição;
- (D) termo indeterminado e encargo;
- (E) condição e encargo.

73 - Mévio cedeu seu crédito em relação a Tício para Caio, tendo o cedido, solvente produtor de soja, sido notificado da transação dois dias após sua celebração. Um mês após a celebração, na data do vencimento, em razão de fortes chuvas, Tício perdeu toda sua produção, tornando-se insolvente. Instado pelo cessionário para pagar, o cedido alegou, então, compensação do débito com um outro crédito que ele possui em relação a Mévio. No caso de ação judicial de Caio contra Mévio e Tício, é correto afirmar que:

- (A) Mévio responde pela insolvência de Tício já que, diferentemente do endosso em títulos de crédito, o cedente garante a dívida em todo o tempo;
- (B) Tício tem o direito de suscitar a compensação porque o cedido possui todas as formas de defesa da relação originária na data do pagamento;
- (C) Mévio somente responde pela solvência do cedido até o momento da notificação;
- (D) o cedente garante a insolvência do cedido apenas até o pagamento, não respondendo em caso de mora do credor em cobrar o débito;
- (E) Tício não poderia mais alegar a compensação porque não o fez no momento da notificação.

74 - Sobre o CC/02, assinale a afirmativa correta acerca da teoria geral dos contratos:

- (A) os vícios redibitórios são aplicados em contratos comutativos e aleatórios, assim como determina o art. 441 do CC/02, em nome do muito comentado princípio da função social do contrato;
- (B) a doação é um negócio jurídico unilateral;
- (C) o CC/02 permite às partes excluir por completo a responsabilidade por evicção, caso haja previsão expressa no contrato;
- (D) o descumprimento do contrato preliminar, como ainda não se trata do contrato definitivo, não pode ser objeto de tutela judicial que obrigue a celebração do contrato definitivo, arcando, no entanto, o inadimplente com perdas e danos pela recusa em realizar o contrato final;
- (E) em todos os contratos da espécie comutativa vigora o princípio da *exceptio non adimpleti contractus*.

75 - A posse injusta é aquela que se apresenta:

- (A) violenta, clandestina e precária, podendo ser, segundo a lei, objeto de usucapião;
- (B) violenta, clandestina e de má-fé, não podendo ser, segundo a lei, objeto de usucapião;
- (C) violenta, clandestina e de má-fé, podendo ser, segundo a lei, objeto de usucapião;
- (D) violenta, clandestina e precária, não podendo ser, segundo a lei, objeto de usucapião;
- (E) violenta, clandestina e criminosa, não podendo ser, segundo a lei, objeto de usucapião.



76 - João, pai de Talita, comprou para a menor, no dia 22/12/06, brinquedo em loja infantil com a finalidade de presentear sua filha, de apenas 02 anos de idade, no Natal – o brinquedo era apropriado para a faixa etária da menina, conforme descrição constante no rótulo. Ele entregou o brinquedo para a filha na véspera de Natal e a menina, muito contente com o presente, passou o dia 25 todo brincando, até que retirou uma peça destacável do brinquedo e a engoliu. Foi levada às pressas para atendimento de urgência, onde sofreu intervenção cirúrgica que salvou sua vida. Considerando a data dessa prova para análise do caso, os danos sofridos por Talita descrevem um exemplo, consoante as letras do CDC, de:

- (A) vício do serviço e que não é mais passível de reparação na via judicial na data de hoje por já terem se passado mais de 30 dias do dano;
- (B) fato do produto e que é passível de reparação na via judicial na data de hoje;
- (C) defeito do produto e que não é passível de reparação na data de hoje por já terem se passado mais de 30 dias da data da compra;
- (D) vício do produto e que é passível de reparação na via judicial na data de hoje;
- (E) defeito do serviço e que ainda é passível de reparação na via judicial na data de hoje.

77 - Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) o conselho tutelar é órgão municipal criado em benefício da criança e do adolescente, estando entre suas atribuições o atendimento de menores em situação de risco, enquanto, em outro enfoque, estão os conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente que constituem, obviamente, órgãos desta esfera federativa, e suas atribuições estão intimamente relacionadas à política pública de atendimento da criança e do adolescente;
- (B) a adoção de menores é feita com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, dependendo para seu deferimento de processo judicial e sentença, ao passo que a adoção de maiores é regida pelo CC/02 e, nos termos do art. 1.623, parágrafo único, independe de sentença judicial, podendo ser feita por escritura pública com a anuência de ambos os interessados;
- (C) guarda, tutela, curatela e adoção constituem as modalidades de colocação do menor em família substituta previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (D) a adoção do menor não pode ser revogada, salvo por expressa disposição testamentária nos termos do art. 48 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (E) a guarda para fins exclusivamente previdenciários, apesar de não regulamentada expressamente em lei, é totalmente aceita e acolhida por nossa doutrina e jurisprudência, respectivamente.

78 - A respeito do direito das sucessões, é correto afirmar que:

- (A) o testamento pode ser mudado pelo testador a qualquer tempo em sua vida nos termos do art. 1.858 do CC, ao passo que os codicilos, uma vez instituídos, não podem ser alterados;
- (B) a distinção entre a indignidade e a deserdação está no fato de que a primeira ocorre quando o sucessor incorre em uma das hipóteses legais de ofensa ao autor da herança, independente de qualquer ato volitivo deste, ao passo que a deserdação decorre de ato de vontade do autor da herança, independente da ocorrência de qualquer hipótese legal praticada pelo eventual sucessor;
- (C) o direito de representação sucessório é aquele que decorre de poderes especiais do sucessor outorgados a determinada pessoa, que pode, assim, praticar todos os atos civis como se sucessor fosse;
- (D) na substituição fideicomissária, a propriedade resolúvel do fiduciário pode ser instituída por tempo indeterminado;
- (E) a herança vacante, em sucintas palavras, é aquela que deriva dos bens do autor da herança que não deixa sucessores capazes de sucedê-lo, adquirindo ela o status de herança jacente depois de decorridos cinco anos da abertura da sucessão, momento este em que os bens arrecadados passarão ao domínio de um Estado da federação.

79 - Nossa doutrina aponta as seguintes modalidades de preclusão:

- (A) legal, temporal e convencional;
- (B) lógica, consumativa e temporal;
- (C) lógica, ficta e real;
- (D) lógica, temporal e recursal;
- (E) legal, convencional e recursal.



80 - Sobre seus efeitos, é correto afirmar que a citação:

- (A) torna prevento o juízo em caso de competência de dois ou mais juízos na mesma comarca;
- (B) dá início à relação jurídica processual;
- (C) torna inadmissível a alteração do pedido inicial, mesmo que o demandado consinta;
- (D) enseja, no processo de execução, quando presentes os requisitos, o reconhecimento da fraude à execução, o que não ocorre com a citação em processo de conhecimento;
- (E) constitui o devedor em mora, mesmo que tenha sido ordenada por juiz incompetente.

81 - A coisa julgada *secundum eventum litis* nas ações coletivas significa que a coisa julgada material:

- (A) operará com efeitos somente nos limites territoriais da competência do juízo prolator da decisão;
- (B) jamais operará para outro dos legitimados à propositura da ação civil pública;
- (C) em casos de tutela de direitos difusos jamais poderá ser prejudicial à coletividade;
- (D) operará de maneira *erga omnes* conforme o resultado do processo e apreciação das provas;
- (E) em casos de tutela de direitos individuais homogêneos jamais poderá prejudicar os indivíduos individualmente considerados, sendo isto aplicado em qualquer espécie de tutela de direitos.

82 - Fábio ajuizou ação indenizatória em face do Estado, tendo a sentença julgado improcedente o pedido formulado. Inconformado, Fábio interpôs recurso de apelação, ao qual, por maioria de votos, foi negado provimento, tendo ficado expressamente consignado no acórdão que não houve a alegada violação a dispositivos da Constituição da República e de lei federal. A fim de impugnar todo o conteúdo do acórdão, cabe(m) o(s) seguinte(s) recurso(s) :

- (A) embargos infringentes;
- (B) recurso extraordinário;
- (C) recurso especial e recurso extraordinário;
- (D) recurso especial;
- (E) embargos infringentes e recurso extraordinário.

83 - Em processo com pedido de tutela antecipada, o juiz proferiu sentença julgando improcedente o pedido inicial em decisão manifestadamente contrária à jurisprudência dos tribunais superiores. Interposto recurso de apelação, o relator do recurso deve:

- (A) pedir dia para julgamento, uma vez que os novos poderes do relator não permitem o julgamento imediato da apelação em caso de decisão sua contrária à sentença, deferindo-se, no entanto, a tutela antecipada que pode ser concedida a qualquer tempo;
- (B) pedir dia para julgamento, uma vez que os novos poderes do relator não permitem o julgamento imediato da apelação em caso de decisão sua contrária à sentença, deferindo-se, no entanto, a tutela antecipada que pode ser concedida a qualquer tempo. Nesse caso, deve o recurso ser posto em pauta na próxima sessão por ser a sentença contrária à jurisprudência dominante;
- (C) dar imediato provimento ao recurso já que a sentença está manifestamente contrária à jurisprudência dominante dos tribunais superiores;
- (D) pedir dia para julgamento, uma vez que os novos poderes do relator não permitem o julgamento imediato da apelação em caso de decisão sua contrária à sentença, bem como indeferir a tutela antecipada porque não pode isto ser feito em juízo de apelação;
- (E) pedir dia para julgamento, uma vez que os novos poderes do relator não permitem o julgamento imediato da apelação em caso de decisão sua contrária à sentença, bem como indeferir a tutela antecipada porque não pode isto ser feito em juízo de apelação. Nesse caso, deve o recurso ser posto em pauta na próxima sessão por ser contrário à jurisprudência dominante.

84 - João ajuizou ação de execução por título executivo extrajudicial em face de Pedro, que fora citado para pagar ou nomear bens à penhora. Antes de qualquer ato de Pedro, desinteressado com o processo, João pede a extinção do mesmo por desistência. Nesse caso, deve o juiz:

- (A) extinguir o processo em razão da desistência, independente da oitiva de Pedro;
- (B) intimar Pedro para dizer se concorda com a desistência, uma vez que esta após a citação depende da anuência do demandado;
- (C) intimar Pedro para dizer se concorda, uma vez que a desistência depende sempre da anuência do demandado, mesmo antes da citação;
- (D) extinguir o processo sem a oitiva de Pedro, ainda que este tivesse oposto embargos à execução;
- (E) indagar a João o motivo da desistência e, após, abrir vistas a Pedro para que este diga se aceita a desistência, uma vez que já houve citação.



85 - Jussara, esposa de Caio, ajuizou ação de separação judicial após 20 anos de casamento com regime universal de bens. Caio, então, começa a dilapidar o patrimônio do casal. Preocupada, ela ajuíza ação cautelar com vistas e impedir a mencionada dilapidação de bens. Considerando que ela não sabe quais são os bens do casal, já que Caio sempre esteve à frente da administração do patrimônio, Jussara deve ajuizar a seguinte ação cautelar:

- (A) arresto;
- (B) seqüestro;
- (C) busca e apreensão;
- (D) arrolamento de bens;
- (E) exibição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TSPR3

86 - Assinale a alternativa que traduz corretamente o conteúdo da expressão injusto penal:

- (A) conduta típica;
- (B) conduta típica e antijurídica;
- (C) conduta típica antijurídica e culpável;
- (D) conduta típica, antijurídica, culpável e punível;
- (E) conduta típica que, por razões de política criminal, deveria ser tratada como indiferente penal.

87 - Assinale a alternativa que indica causa inidônea a ensejar a interrupção do curso da prescrição, à vista do disposto no Código Penal Brasileiro:

- (A) recebimento da denúncia;
- (B) pronúncia;
- (C) decisão confirmatória da pronúncia;
- (D) reincidência;
- (E) acórdão confirmatório de sentença condenatória.

88 - São requisitos necessários ao válido reconhecimento da ocorrência do concurso de pessoas no ordenamento jurídico brasileiro, EXCETO:

- (A) prévio ajuste entre os participantes;
- (B) pluralidade de condutas;
- (C) relevância causal de cada conduta;
- (D) identidade de infração penal para todos os participantes;
- (E) liame subjetivo ou psicológico.

89 - Acerca das teorias da culpabilidade, é INCORRETO afirmar que:

- (A) para a teoria finalista da ação, dolo e culpa migram da culpabilidade para o fato típico;
- (B) para os defensores do conceito complexo da culpabilidade, conquanto integrem o fato típico, dolo e culpa devem também operar como fator de reprovação no âmbito da culpabilidade;
- (C) segundo a teoria normativa pura da culpabilidade, o dolo não é natural, vale dizer, compreende a consciência da ilicitude;
- (D) para a teoria psicológica, dolo e culpa são espécies de culpabilidade, esgotando, em si, seu conteúdo;
- (E) para a teoria psicológico-normativa, dolo e culpa, conquanto mantidos na culpabilidade, consubstanciam, desta última, formas, graus, requisitos ou elementos, não suas espécies.

90 - "(...). Uma ordem normativa, na qual uma norma possa ordenar o que a outra pode proibir, deixa de ser ordem e de ser normativa e torna-se uma 'desordem' arbitrária. As normas jurídicas não 'vivem' isoladas, mas num entrelaçamento em que umas limitam as outras, e não podem ignorar-se mutuamente. Uma ordem normativa não é um caos de normas proibitivas amontoadas em grandes quantidades, não é um depósito de proibições arbitrárias, mas uma ordem de proibições, uma ordem de normas, um conjunto de normas que guardam entre si uma certa ordem, que lhes vem dada por seu sentido geral: seu objetivo final, que é evitar a guerra civil (a guerra de todos contra todos, *bellum omnium contra omnes*) (Welzel). Esta ordem mínima, que as normas devem guardar entre si, impede que uma norma proíba o que a outra ordena, como também impede que uma norma proíba o que a outra fomenta. A lógica mais elementar nos diz que o tipo não pode proibir o que o direito ordena e nem o que ele fomenta".

(Zaffaroni, Eugenio Raul, e Pierangeli, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro – Parte Geral, 4ª edição. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2002, p. 458).

À luz da posição doutrinária expressa no excerto acima, a ferramenta apta a viabilizar a formação de correto juízo de valor acerca de eventual tipicidade penal de determinada conduta é:

- (A) finalismo;
- (B) tipicidade formal;
- (C) teoria dos elementos negativos do tipo;
- (D) tipicidade legal;
- (E) tipicidade conglobante.



91 - Rodrigo decide assassinar Reinaldo por haver este último acidentalmente pisado em seu pé durante uma micareta e, para tanto, oculta-se atrás de uma banca de jornal situada defronte à empresa em que seu desafeto trabalha, aguardando sua saída para a realização da empreitada criminosa. Ao perceber a aproximação de Reinaldo, Rodrigo subitamente deixa seu esconderijo e, com vontade de matar, efetua, contra aquele primeiro, vários disparos de arma de fogo. Por erro na execução, no entanto, erra o alvo, vindo a acertar Luciane e Eduardo que, casualmente, caminhavam pelo local, matando a primeira e causando ao último deformidade permanente. Considerando-se **NÃO** haver assumido os riscos da produção dos resultados efetivamente alcançados, Rodrigo deverá responder pelos seguintes crimes, em concurso:

- (A) um homicídio doloso qualificado tentado, um homicídio culposo e um crime de lesões corporais culposas;
- (B) um homicídio culposo e um crime de lesões corporais culposas;
- (C) um homicídio culposo e um crime de lesões corporais gravíssimas;
- (D) um homicídio doloso qualificado e um crime de lesões corporais culposas;
- (E) um homicídio doloso qualificado e um crime de lesões corporais gravíssimas.

92 - Em relação ao cognominado “Estatuto do Desarmamento” (Lei nº 11.826/03), é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) a edição do referido diploma legal implicou recrudescimento do tratamento penal dispensado aos delitos relacionados à posse e ao porte ilegais de armas de fogo;
- (B) o delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido poderá ser, em algumas circunstâncias, afiançável;
- (C) o delito de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é insuscetível de liberdade provisória;
- (D) a circunstância de o agente portar arma de fogo de uso permitido com numeração raspada qualifica o delito;
- (E) possuir o agente condenação anterior por crime contra a pessoa ou por tráfico ilícito de entorpecentes qualifica o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

93 - Considerando-se a sistemática adotada pelo Código de Processo Penal Brasileiro no tocante à prova testemunhal, é correto afirmar que:

- (A) testemunhos prestados por agentes da autoridade policial devem gozar de menor valor probatório em razão do natural pendor para a tentativa de justificação de seus atos funcionais;
- (B) o réu não pode ser retirado da sala de audiências por ocasião da colheita de depoimento de testemunha, sob pena de violação de seu direito de presença e, por via de conseqüência, de configuração de nulidade do processo por cerceamento de defesa;
- (C) ascendentes ou descendentes do réu poderão ser obrigados a depor, quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias;
- (D) a vítima do crime que faz afirmação falsa, nega ou cala a verdade em juízo pode ser sujeito ativo do crime de falso testemunho;
- (E) a ocorrência de dúvida acerca da identidade da testemunha impede a colheita de seu depoimento até a eliminação da incerteza pendente.

94 - Em relação à prisão preventiva, é correto afirmar que:

- (A) a apresentação espontânea do acusado à autoridade impedirá a decretação de tal modalidade de prisão cautelar nos casos em que a lei a autoriza;
- (B) em se tratando de crime hediondo, terá prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade;
- (C) na hipótese da verificação da ulterior insubsistência dos motivos autorizativos de sua decretação, desafia como medida de contra-cautela o relaxamento da prisão;
- (D) é cabível em sede de delitos culposos, excepcionalmente e nos casos expressamente previstos na lei processual penal;
- (E) pode ser decretada para garantir a execução de medidas protetivas de urgência se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher.



95 - A ordem cronológica dos atos realizados no processo comum (artigo 394 e seguintes do Código de Processo Penal), considerando-se, em todas as hipóteses, já deflagrada a ação penal pública, é:

- (A) recebimento da denúncia – alegações escritas – interrogatório – sumário de acusação – sumário de defesa – diligências – alegações finais – sentença;
- (B) recebimento da denúncia – interrogatório – alegações escritas – sumário de defesa – sumário de acusação – diligências – alegações finais – sentença;
- (C) alegações escritas – recebimento da denúncia – interrogatório – sumário de acusação – sumário de defesa – diligências – alegações finais – sentença;
- (D) recebimento da denúncia – interrogatório – alegações escritas – sumário de acusação – sumário de defesa – diligências – alegações finais – sentença;
- (E) recebimento da denúncia – interrogatório – alegações escritas – sumário de defesa – sumário de acusação – alegações finais – diligências – sentença.

96 - Andrezinho Varejão, conhecido traficante de substâncias entorpecentes em determinada localidade, desde há muito se utilizava do mesmo *modus operandi* para exercitar o mercadejo ilícito de tóxicos: passava o dia sentado em um banco de praça e, ao ser abordado por algum cliente ávido por comprar-lhe os venenos, dirigia-se até um terreno baldio próximo onde havia previamente depositado as drogas que se empenhava em negociar e, após reavê-las, vendia-as ao irresponsável usuário. Ao tomar conhecimento de tais fatos, Gláucio Genório, policial militar, desejoso de obter, sozinho, as glórias pela prisão do traficante, decide despir sua farda, fingir-se de usuário e abordar Andrezinho Varejão, afirmando a este último que desejava comprar dez “sacolés” de cocaína para seu uso. Após se dirigir ao terreno baldio, se apossar dos dez “sacolés” de cocaína e entregá-los a Gláucio Genório, efetivando a tradição, Varejão foi imediatamente preso em flagrante delito pelo policial, vindo a ser posteriormente denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de tráfico de entorpecentes. Considerando-se que tanto a materialidade do delito quanto os fatos acima articulados foram cabalmente provados em Juízo no curso do processo, à luz da sistemática penal-processual vigente no ordenamento jurídico pátrio e da jurisprudência, o réu deverá ser:

- (A) absolvido em razão da ocorrência, no caso, de flagrante esperado;
- (B) absolvido em razão da ocorrência, no caso, de flagrante preparado;
- (C) condenado somente pela venda da substância entorpecente;
- (D) condenado somente pela manutenção em depósito da substância entorpecente;
- (E) condenado tanto pela manutenção em depósito quanto pela venda da substância entorpecente.



97 - Marque a alternativa que NÃO se coaduna com a disciplina jurídica da reclamação (arts. 219/225 do CODJERJ):

- (A) a reclamação deve ser apresentada aos respectivos vice-presidentes do Tribunal de Justiça no prazo de cinco dias, contados a partir da publicação do ato que se busca impugnar;
- (B) a reclamação é destinada à correição das omissões do juiz ou de despachos irrecorríveis por ele proferidos, que importem inversão da ordem legal do processo ou resultem de erro de ofício ou abuso de poder;
- (C) a reclamação pode ensejar a anotação de falta funcional na ficha de assentamentos do juiz prolator do despacho reclamado, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- (D) o relator da reclamação, quando indispensável à salvaguarda dos direitos do reclamante, poderá ordenar que seja suspensa, por trinta dias improrrogáveis, a execução do despacho reclamado;
- (E) prestadas as informações pelo juiz reclamado e ouvido o Ministério Público, o relator da reclamação aporá o seu visto e colocará o processo em mesa para julgamento na primeira sessão.

98 - A ação ou recurso cujo manejo NÃO é permitido ao Ministério Público na sistemática processual-penal vigente é:

- (A) habeas corpus;
- (B) reclamação;
- (C) embargos infringentes e de nulidade;
- (D) embargos de declaração;
- (E) carta testemunhável.

99 - São medidas protetivas de urgência (i) expressamente previstas na Lei nº 11.340/06 em favor da mulher vítima de violência doméstica e (ii) que obrigam o agressor, EXCETO:

- (A) prestação de alimentos provisionais ou provisórios;
- (B) suspensão da posse ou restrição do porte de armas;
- (C) restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores;
- (D) proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
- (E) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

100 - A partir da entrada em vigor da novel Lei 11.343/2006, o inquérito policial instaurado em razão da prática do crime de tráfico de entorpecentes deverá ser concluído, estando o indiciado (i) preso e (ii) solto, respectivamente, nos seguintes prazos:

- (A) 05 e 15 dias;
- (B) 10 e 30 dias;
- (C) 15 e 45 dias;
- (D) 30 e 60 dias;
- (E) 30 e 90 dias.



Núcleo de Computação Eletrônica
Universidade Federal do Rio de Janeiro

TRADIÇÃO, EXPERIÊNCIA E SÉRIEDADE EM CONCURSOS PÚBLICOS

Há 35 anos, o NCE/UFRJ vem construindo uma imagem de solidez e competência.

Considerado um centro de excelência em Informática no país, o NCE/UFRJ tem marcante atuação no ensino e pesquisa, bem como no desenvolvimento de projetos, consultorias e concursos.

Grandes empresas e órgãos governamentais confirmam nossa capacidade de realização de concursos em todo o território nacional.

WWW.NCE.UFRJ.BR/CONCURSOS
(21) 2598-3333



SEGURANÇA



TECNOLOGIA



INFORMAÇÃO

